

O cheque-saúde

PAULO CARLOS DE BRITO

Já virou rotina escrever artigos sobre saúde, educação, seguridade social, habitação e outros assuntos, repetindo, sempre, o que se tornou óbvio: o estado de autêntica calamidade que prevalece em todos estes setores. Geralmente escritos por especialistas, nem sempre são tratados sob a ótica globalizante de um estado de calamidade que predomina em todo o setor público. Não que esta situação não seja conhecida por todos, mas, talvez, temendo fugir às suas respectivas especialidades, acabam não tratando dos vínculos entre cada uma destas áreas específicas com os problemas maiores do país: a questão ética e a enorme falta de recursos.

Num país mergulhado em intrincado quebra-cabeças financeiro, onde a falta de confiança do público desemboca numa inflação crônica e onde as dívidas acumuladas (externa, interna e, principalmente, a enorme dívida social) inviabilizam, na prática, qualquer novo investimento, não se pode tratar, isoladamente, cada um daqueles problemas. Se, num mero exercício de contabilidade, somássemos todas essas dívidas, chegaríamos à triste conclusão de que a sociedade é, hoje, credora do Estado em mais de US\$ 300 bilhões. Esta é a dívida social, o que falta à mesa do cidadão brasileiro, em aposentadoria, saúde, educação, habitação, e tudo o mais.

Sem considerar este estado de coisas como ponto de partida, será certamente impossível imaginar soluções para cada uma daquelas áreas hoje virtualmente abandonadas. Isso

não quer dizer que a questão financeira do Estado deva ser tratada primeiro, para, só então, atuar sobre cada aspecto daquela gigantesca dívida social. Um programa voltado para o crescimento econômico autossustentado, que vislumbre, logo de início, a efetiva justiça social e o atendimento às necessidades básicas de grandes parcelas da população, não pode esperar o bolo crescer para ser distribuído. Ele só será eficaz se contemplar, simultaneamente, o saneamento das contas públicas, o resgate da ética e da cidadania, e o fortalecimento do poder econômico do público, fundamentalmente para, por transbordamento, induzir ao adequado financiamento do Estado.

Esta é a proposta do Plano de Estabilização com Crescimento — PEC (o chamado Plano K). Ou seja, o saneamento do setor público, a reforma tributária, ou, ainda, um efetivo programa de privatização, para serem conseqüentes, não podem alienar a questão social — meio e fim do crescimento econômico.

Não é nossa intenção, aqui, esgotar todas as propostas do PEC, mas, tão-somente, apontar para soluções que não privilegiem o macro-sistema das contas nacionais ou a dívida social de cada setor específico. Devemos tratar todas as questões

num mesmo plano de prioridades. Assim, por exemplo, ao sanarmos as contas nacionais, estaremos dispondo de recursos para atender os problemas de saúde. Ao mesmo tempo, quando adotamos soluções de bom senso e, seguramente, mais eficazes para a questão médica, estaremos contribuindo para o desate definitivo das contas públicas.

Em outras palavras: uma reforma tributária que não seja precedida de

um grande acerto de dívidas e créditos da União, dos estados e municípios pouco efeito terá: um tal acerto que não vislumbre uma reforma do Estado, transferindo efetivamente para o público o controle da seguridade social, da assistência médica, da educação, entre as mais relevantes, não produzirá uma distribuição de renda, nem atingirá o objetivo de resgate da dívida social.

Por exemplo: separando a Previdência Social da assistência médica; descentralizando e privatizando o atendimento médico, mas mantendo seu controle e administração; financiando o novo sistema mediante distribuição de cheques-saúde a todos os trabalhadores, os quais poderão escolher seus médicos, estaremos, ao mesmo tempo, resolvendo o problema da saúde e desonerando o Estado. Num cálculo preliminar, com 2% do PIB, é possível conceder uma renda adicional (cheque-saúde) equivalente a US\$ 50,00/mês a cada chefe de família de baixa renda. Menos do que a União gasta hoje com saúde.

A idéia se desdobra num conjunto integrado que o espaço limitado de um artigo impede seu maior detalhamento. Nosso propósito, contudo, terá sido atingido, se tivermos contribuído para que o leitor perceba que os problemas têm solução. A questão da inflação não está dissociada da questão da saúde, educação, e previdência, e vice-versa. É mais importante: o Estado deve ceder lugar à sociedade, ao público, restabelecendo, dessa forma, uma democracia, onde cada cidadão tem seus direitos básicos — de liberdade, de iniciativa e de serviços — atendidos.

Paulo Carlos de Brito é empresário nas áreas de comércio exterior e mineração.